

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

JÚLIA CUMARU CARDOSO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E TEA: A INSERÇÃO DAS CRIANÇAS AUTISTAS NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**

BRASÍLIA-DF
2020

JÚLIA CUMARU CARDOSO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E TEA: A INSERÇÃO DAS CRIANÇAS AUTISTAS NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Faculdade de Educação Física como requisito final
para obtenção do título de Graduado em Educação
Física – Licenciatura. Orientador: Alfredo Feres
Neto

BRASÍLIA-DF

2020

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter abençoado todo o meu caminho até aqui. Graças a Ele, consegui força para lutar quando as dificuldades apareceram e, assim, me mantive forte para que essa etapa da graduação fosse concluída com todo sucesso. Agradeço aos meus pais, ao meu irmão, ao meu namorado e aos meus amigos. Aos meus pais eu sou grata pela criação e educação que me deram, pelo total apoio nessas etapas do Trabalho de Conclusão de Curso e aos conhecimentos passados para mim que somaram para a confecção do texto, por me escutarem quando precisava desabafar e por sempre incentivarem os meus sonhos. Ao meu irmão, eu agradeço pelas conversas e paciência ao longo desses anos de faculdade. Sou muito feliz por ter um namorado que me faz querer ser melhor a cada dia, me incentivando a ir em busca dos meus sonhos e me dando total apoio em qualquer decisão que eu tome. Agradeço aos meus amigos que estiveram comigo desde o começo do curso. Sem a amizade de vocês eu não teria conseguido passar pelas dificuldades que enfrentamos durante esses semestres. E por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Alfredo Feres por toda a parceria e troca de conhecimentos nesse período de orientação.

RESUMO

A educação inclusiva vem se destacando cada vez mais no cenário escolar, porque mesmo com as implantações das leis e a formação acadêmica dos professores, as crianças portadoras de necessidades especiais não recebem o real suporte para obterem o adequado desenvolvimento nas instituições de ensino que frequentam. A inserção das crianças autistas no ensino regular de escolas públicas ou privadas é uma luta corrente da sociedade que vem durante décadas.

O objetivo deste trabalho é contribuir com o processo de inclusão dos alunos autistas nas aulas de Educação Física escolar, visando os direitos dessas crianças e explorando a atuação de professores de Educação Física nas escolas privadas e públicas diante da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista- TEA- em suas aulas, assim como a participação da escola e dos pais e/ou responsáveis para que haja um trabalho conjunto.

Os materiais e métodos foram selecionados por meio de pesquisa e indicação de especialistas da área artigos e livros, além das experiências vivenciadas nos estágios de observação, de supervisão e o remunerado, realizados em escolas públicas e privada do Plano Piloto.

O estudo buscou abordar os direitos das crianças autistas no ensino regular, sua participação nas aulas de Educação Física, as vantagens no comportamento na escola, assim como os deveres do licenciado em Educação Física.

Palavras-chave: Autismo. Direitos da criança. Educação Física escolar. Inclusão.

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 1. | Introdução..... | 1 |
| 1.1. | Contextualização..... | 1 |
| 1.2. | Objetivo geral..... | 3 |
| 1.3. | Objetivo específico..... | 4 |
| 1.4. | Justificativa..... | 4 |
| 2. | Materiais e Métodos..... | 4 |
| 3. | Base teórica..... | 5 |
| 4. | A inclusão e o processo educacional..... | 11 |
| 5. | O TEA nas regiões do Brasil..... | 11 |
| 6. | Considerações Finais..... | 12 |
| 7. | Referências..... | 13 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Diferentes abordagens metodológicas têm sido o meio para as diversas áreas do conhecimento debaterem sobre a educação inclusiva para crianças com deficiência. Conforme JUNIOR (2015), esses discursos se destacam crescentemente, porque mesmo com as implantações das leis e a formação acadêmica dos professores, as crianças não recebem o suporte necessário para obter o adequado desenvolvimento para a sua correspondente faixa etária devido a não especialização dos docentes e a falta de informação da comunidade, visto que o tema não era visto em décadas atrás nem como interesse social, nem como objeto de pesquisa.

A inclusão de crianças autistas no ensino escolar começou a ser difundida a partir de algumas leis e movimentos internacionais, tais como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990; a Declaração de Nova Déli, em 1993; a Declaração de Salamanca, em 1994; e, mais recentemente, direcionamentos nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) e o Plano Nacional de Educação, de 2001, que atualmente garantem que a inclusão de alunos com deficiência na escola regular é um direito de toda criança e adolescente, e a garantia desse direito é um dever do Estado, da sociedade e da família.

Segundo Betti (2009), o interesse na educação e a formação de professores está na base de institucionalização da Educação Física em muitos países. No Brasil, pelo menos desde o início da década de 1930, é bem evidente a importância atribuída pelas políticas educacionais do governo federal à Educação Física, esta, então, está como componente do currículo escolar.

Em literaturas, a Educação física, na maioria das vezes, é tratada como componente essencial para o desenvolvimento da criança, visto que, é nessa fase da vida, que se tem os primeiros contatos com pessoas diferentes da família, e o começo do desenvolvimento social, motor, cognitivo, etc; e a instituição de ensino usa a Educação Física como método facilitador para tratar de todos esses aspectos como um conjunto a ser praticado pouco a pouco para tornar essa criança um indivíduo íntegro socialmente, psicologicamente e motoramente.

Desta forma, o Governo Federal tenta implementar a política de inclusão nos estabelecimentos do sistema regular de ensino, que vêm ganhando força e

despertando interesse dos responsáveis em geral (BRASIL, 1988). Nesse sentido, Mantoan (2001) ressalta que os educadores, que anteriormente não consideravam “as crianças com deficiência” como uma realidade muito próxima, agora, com toda a garantia legal, passam a não ter escolha e tendem a buscar incentivo a adquirir ferramentas de conhecimento para atingir o objetivo de incluí-las em seus planejamentos de ensino.

Neste contexto, mais recentemente a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, reconhece que as crianças com deficiência devem gozar plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de oportunidades com outras crianças, definindo em seu Art. 24:

“Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetuar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (...). Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: a) as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência; b) as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;” (BRASIL, Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, 2009).

Mesmo com toda garantia de direito, não se pode afirmar que as condições em que todos os direitos são exigidos garantam resultados satisfatórios. Não basta a existência do estabelecimento de leis que assegurem a inclusão, quando forem ignorados, os direitos, em sua aplicação.

O avanço na questão da inclusão depende do papel da escola, do interesse dos responsáveis, dos cursos de formação inicial e continuada, e dos professores que precisam constantemente questionar, analisar, repensar seus métodos para garantir o desenvolvimento do aluno junto com os demais.

Direcionando nosso olhar para a Educação Física, Rodrigues (2003) afirma que a mesma se tem mantido à margem do movimento de inclusão, uma vez que, ainda hoje, no século XXI, tal disciplina não conseguiu, em grande parte das escolas, atingir os objetivos impostos pelas leis e diretrizes que abordam a Educação Especial como ponto significativo para o desenvolvimento e a inclusão na área educacional de cada região. Mesmo que muitas crianças com deficiência consigam estar inseridas no

ambiente escolar, em muitos casos, são dispensados das aulas de Educação Física, geralmente pela falta de confiança e de conhecimento por parte do professor que se sentem despreparados, confusos e desinformados.

Conforme Aguado (2016), no ano de 2015, teve-se a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência – LBI de 06 de julho de 2015- , tendo como objetivo principal efetivar a inclusão social e a cidadania das pessoas com deficiência, através de fatores legais que visam certificar e promover o exercício de direitos e liberdades fundamentais, pela pessoa com deficiência, em condições de igualdade com os demais.

A partir da consciência das leis que asseguram o direito da criança com deficiência em aprender, no mesmo local e ao mesmo tempo, em que as crianças sem deficiência têm acesso à educação básica, sabendo da necessidade dos professores em teorias, conhecimentos e experiências práticas referentes ao assunto e a importância de atitudes positivas e programas de apoio ao profissional e à família para impulsionar o processo de inclusão, despertou-se o interesse em estudar a realidade de alunos com TEA- Transtorno do Espectro Autista no sistema educacional brasileiro, com ênfase na cidade de Brasília, além de comparar a percepção dos professores de Educação Física diante da inclusão em suas aulas e como pode ocorrer, de forma mais simples, a participação dessas crianças nas atividades práticas.

De acordo Guareschi, Alves e Naujorks (2016), o autismo foi incorporado nas políticas educacionais a partir de 1994, com a Política Nacional de Educação Especial, sendo inserido na categoria condutas atípicas, definidas como:

Manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos, ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado. (Brasil, 1994, p. 12)

1.2 OBJETIVO GERAL

Explorar a atuação de professores de Educação Física nas escolas privadas e públicas diante da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista- TEA- em suas aulas, visar os direitos das crianças diante do aspecto escolar, assim como a participação da escola e dos pais e/ou responsáveis para que haja um trabalho conjunto.

1.3 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar, com base em dados bibliográficos, o comportamento e a conduta dos professores de Educação Física frente ao processo de inclusão dos alunos portadores do TEA;
- Estudar a capacidade, não só do professor de Educação Física, mas dos demais professores da instituição, em lidar com a presença de um aluno especial em suas aulas, assim como o incentivo a interação entre os alunos sem e com deficiência;
- Mostrar que a participação dos alunos com TEA nas aulas práticas ajuda no dia a dia escolar, colaborando positivamente para o seu comportamento nas outras disciplinas;
- Averiguar a importância, da instituição de ensino, dada ao acolhimento das crianças portadoras do TEA.

1.4 JUSTIFICATIVA

O estudo do presente trabalho está inserido na área de análise da Educação Física e educação inclusiva, com direcionamento a pesquisa sobre inclusão de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista- TEA nas aulas de Educação Física da educação básica do sistema de instituições de ensino privadas e públicas.

Nesses ambientes escolares abertos a observação, é nítida a dificuldade em lidar com a temática, visto que, apesar das implantações de leis e direitos que assegurem que a educação é direito de todos, grande parte dos profissionais da educação não estão capacitados para conduzirem um grupo que tenha alunos inclusivos.

Com as experiências dos estágios de observação I, II e III, estágios Supervisionados 1 e 2, e após a leitura de artigos de diferentes regiões e realidades ora parecidas, ora opostas, surgiram diversos pontos de observações e problematizações que envolvem a inclusão de crianças nas aulas regulares de Educação Física.

2. MATERIAIS E METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica é uma das etapas da investigação científica e, por ser um trabalho minucioso, requer tempo, dedicação e atenção por parte de quem resolve

empreendê-la. Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica.

A revisão bibliográfica foi realizada a fim de obter informações necessárias para a elaboração deste trabalho. De acordo com a natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objetivo do estudo, foi utilizado o método de pesquisa mencionado anteriormente que é realizado a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documento, como livros, artigos, teses, etc. A fonte de consulta utilizada para a realização deste estudo, tem como base os dados teóricos coletados das leituras previamente realizadas e que foram devidamente registrados por pesquisadores e publicados, em sua maioria, como artigos.

O estudo foi realizado por meio de leituras seletiva, analítica e interpretativa do material selecionado, para verificar a importância de seus conteúdos para a elaboração do presente documento sobre inclusão de alunos autistas nas aulas de educação física nas escolas de ensino regular.

O estudo apresentado também considerou artigos e materiais publicados que abordam o tema da inclusão das crianças e dos adolescentes portadores do Transtorno do Espectro Autista nas aulas de educação física.

3. BASE TEÓRICA

Anção (2008) afirma que em todos os tempos e épocas, existem pessoas com deficiências caracterizadas por nascença ou por algum acontecimento posterior. Os registros históricos comprovam que é de muitos anos a resistência para a aceitação social desta população, como pode-se observar nos 4 paradigmas da inclusão que abordam o desenvolvimento do pensamento humano em relação a inclusão de pessoas com deficiências. Propostos por Sassaki (2012), os paradigmas são: a) Exclusão (rejeição social); b) Institucionalização (segregação); c) Integração (modelo médico da deficiência); d) Inclusão. Evidenciou-se que os paradigmas da inclusão de deficientes devem ser analisados de forma crítica e reflexiva diante dos contextos históricos que demonstram a inclusão como um processo da cidadania de forma democrática e participativa com todos os segmentos da sociedade.

Ao longo do tempo, a relação da sociedade com as Pessoas Com Deficiência (PCDs) foi se modificando, tanto as definições filosóficas quanto as atitudes que

permeiam as ações. Para entender o processo de exclusão, devemos nos amparar ao contexto histórico e assim será possível entender que a exclusão não se configura como um comportamento natural da espécie humana, mas, derivada de um contexto histórico complexo e permeado por muitos mitos.

De acordo com Mendes (1995) e Januzzi (1992), no início da história, percebe-se que existiu uma fase marcada pela ignorância, na qual as pessoas com deficiência eram rejeitadas pela sociedade, excluídas do convívio social e até mesmo perseguidas pela população por não estarem dentro dos padrões vistos como adequados na época.

Na Idade Média, algumas mudanças começaram a acontecer, as pessoas com deficiência passaram a ser tratadas de acordo com a concepção de caridade ou castigo que eram exercidas pela comunidade em que as mesmas estavam inseridas. Conforme Aranha (2001), com a assunção das ideias cristãs, as pessoas que tinham deficiência não mais podiam ser exterminadas, visto que também eram filhos de Deus, passando a depender da caridade humana.

Durante uma boa parte da idade moderna, as pessoas com deficiência foram consideradas sem valor. O isolamento foi uma das práticas mais comuns reservadas a esse público. Suas formas variaram historicamente: isolamento espacial, isolamento social e isolamento físico. Aqui é analisada a Exclusão, primeiro paradigma da inclusão.

Foi, também, na Idade Moderna que a ciência entrou em cena e a medicina começou a se destacar, através do modelo clínico que passa a despertar um interesse pelas pessoas com deficiência.

Fernandes (1999) nos lembra de que foram os médicos os primeiros que deram o pontapé inicial para a necessidade de escolarização desses indivíduos que se encontravam entre as pessoas caracterizadas como normais, nos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, principalmente no caso da deficiência mental.

Sob esse olhar, Glat (1989) afirma que a deficiência era vista como uma doença crônica, e todo o atendimento a estes indivíduos, mesmo quando envolvia a área educacional, era considerado pelo viés terapêutico (inserção da linguagem oral).

A educação escolar não era considerada como necessária, ou mesmo possível, principalmente para as pessoas com deficiências cognitivas e/ou sensoriais severas. O trabalho educacional era dispensado e não se via nenhuma expectativa para esses

indivíduos se desenvolverem e ingressarem academicamente nas instituições de ensino e na cultura do país, de uma forma geral.

Os anos 70, no Brasil, ficaram marcados pela institucionalização da educação especial, com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola aos alunos com deficiência. Em 1973, é criado no MEC – Ministro da Educação, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial, e pela sua introdução no planejamento das políticas públicas educacionais que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência.

Por iniciativa do CENESP, foram implantados subsistemas de Educação Especial nas diversas redes públicas de ensino através da criação de escolas e classes especiais, assim como projetos de formação de recursos humanos especializados em todos os níveis, inclusive enviando docentes para pós-graduação no exterior (FERREIRA, GLAT, 2003).

O Assistencialismo, segundo paradigma da inclusão, trata da prática de prestar assistência e dar auxílio. Antigamente haviam locais isolados montados para os deficientes e a classe trabalhadora portadora de alguma deficiência recebia uma quantidade menor se comparado ao resto da população, porque o trabalho era medido pela produtividade.

Na década de 80, surgiram, entre os pensadores norte-americanos, muitos descontentamentos com os resultados obtidos a partir da implementação de medidas integracionistas.

Diversos autores chegaram às conclusões nos seus estudos que os alunos ainda assim, eram segregados, quando inseridos no processo educacional juntamente com crianças sem deficiência. Começaram então, a surgir propostas que buscavam a eliminação da segregação. Para Steinback (1984), apontou-se a necessidade de o ensino comum e o ensino especial compartilharem melhor a responsabilidade pela educação de alunos com deficiência.

Em 2006, foi aprovado um documento da ONU, colocando as pessoas com deficiência em protagonismo de um protocolo legal. O Brasil aprovou os conteúdos propostos pela ONU e, depois, o transformou em Lei. Abre-se, então, um período que é preciso exigir mais e com fundamentos, e fazer uma maior pressão na sociedade.

Lema do movimento que sintetiza o valor do protagonismo das pessoas com deficiência e suas organizações: “NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”. Ou Seja, nada sobre eles será decidido, cumprido, resolvido, aprovado sem a participação deles.

Ainda é vigente a concepção de que quem deve mudar é a pessoa e não a sociedade, isso é visto na Integração, terceiro paradigma da inclusão, cuja principal característica é a que os alunos devem se moldar à escola que, por sua vez, continua a mesma, com valores e modos de organização baseados em uma noção homogênea, concebendo a diferença como exceção.

Não compreendendo a deficiência como uma característica negativa, temos o quarto e último paradigma da inclusão: A inclusão que trata do modelo social da deficiência. Aqui, o problema da exclusão está na sociedade e não na pessoa portadora de certa deficiência. Nesse tópico é defendida a ideia de que a sociedade que deve se adequar para acomodar essas pessoas; a escola deve se adequar ao estudante e não o estudante à escola. Afinal, a escola existe para o estudante e, a educação inclusiva é para todos os estudantes da instituição, os com ou sem deficiência.

A reformulação dos princípios e das práticas que regem as atividades pedagógicas constitui um processo gradativo, contínuo e contextual que demanda ações relacionadas a políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas e familiares. O desafio está em diminuir as barreiras para a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade.

Uma das principais lutas de um povo é a inclusão social, na qual é defendida a ideia de garantia de equiparação de oportunidades para todos, em todas as áreas da vida. Se tratando de ambiente escolar, a inclusão social pode ser tratada como inclusão escolar.

Nesse contexto, a ideia de inclusão representa um avanço populacional em relação a décadas anteriores. Almeida (1998) enfatiza especialmente a mudança de foco da atenção, que antes recaía sobre a pessoa com deficiência, e agora incide para o ambiente. Isso implica na análise de que as diferenças enriquecem as experiências do processo de ensino-aprendizagem, já que essas crianças estão na escola para aprender algo, independentemente de suas limitações.

3. A INCLUSÃO E O PROCESSO EDUCACIONAL

Autismo é um termo de origem grega - autós - e significa “por si mesmo” (ORRÚ, 2006). Em 1911, Ernest Bleuler difundiu o termo autismo e o definiu como um transtorno básico da esquizofrenia, que apresentava uma perda de contato com a realidade, causada pela grande dificuldade na comunicação interpessoal.

A inserção das crianças autistas no ensino regular de escolas sejam elas públicas ou privadas é uma luta recorrente da sociedade durante décadas. Em 2004, a Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão publicou o seguinte esclarecimento: *‘todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos.’*

Afirmamos que a primeira caracterização do Autismo se deu, aproximadamente em 1943, pelo psiquiatra Leo Kanner e, com o decorrer dos anos, muitos autores vem dedicando sua carreira ao estudo da inserção das crianças no ensino regular, das crianças autistas e suas limitações e até mesmo os direitos que essas crianças e adolescentes têm perante a lei. São eles: Cunha (2011); Fonseca (1995); Gauderer (1987); Santos (2011); Williams e Wright (2008). Estes autores mencionados têm obras que tratam do assunto, o Transtorno do Espectro Autista- TEA.

Definição de ‘criança deficiente’ aceita internacionalmente aprovada pela Council of Exceptional Children (CEC) no I Congresso Mundial sobre o Futuro da Educação Especial é a seguinte:

“A criança deficiente é a criança que se desvia da média ou da criança normal em: características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais comportamento emocional e social, aptidões físicas de comunicação e múltiplas deficiências, até ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.”

Conceito da Educação Física, segundo Sares et al. (1992) diz:

[...] a Educação Física é uma prática pedagógica que no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de uma cultura corporal. (Sares et al. (1992))

Quanto mais estudamos, mais percebemos o quanto precisamos nos empenhar, para que todos os alunos e em especial aos que possuem alguma

deficiência se sinta bem e tenha todos os seus direitos cumpridos nas instituições escolares.

O sucesso da proposta de inclusão decorre da adequação do processo escolar voltado para a diversidade dos alunos, e quando a escola assume que as dificuldades experimentadas por alguns alunos são resultantes do modo como o ensino é ministrado e a aprendizagem é concebida, nos mostra que ensinar é de fato uma tarefa complexa, que exige dos professores novos conhecimentos e adaptações. (GAIO, MENEGHETTI, 2004).

De acordo com Brasil (1988), a inclusão escolar é pauta constante de discussão e estudos, mas a tarefa de incluir portadores de deficiência física em nossas aulas, não basta por si só, é necessário fazer a integração e socialização.

Existem algumas ferramentas para que os pedagogos e profissionais de educação física possam se basear para, pelo menos, iniciar o trabalho de inclusão. As Escalas de Desenvolvimento e de Comportamento, por exemplo, servem para adequar e basear o ensino para os autistas, analisando o desenvolvimento próprio de cada criança.

Donald Meltzer (1979), psicanalista conhecido por fazer progressos clínico em condições difíceis da infância, como o autismo) defende que a mente do autista pode funcionar em grande velocidade e, possui uma tal complexidade que perturba continuamente o terapeuta. Por uma desorganização da vida mental do autista, alguns estudiosos defendem que não é permitido o aprender com experiências.

Psicanalistas, franceses e argentino, estudam o comportamento autista e dizem que o desenvolvimento de certas características na infância tem reações diretas com o comportamento da mãe para a criança. De sua dedicação desde quando a criança era um feto, de sentimentos e emoções transmitidos pela mãe através de questões biológica, etc.

Maria Cristina Kupfer, atua no campo das articulações entre psicanálise e educação, com ênfase na área da educação especial voltada para crianças com distúrbios globais de desenvolvimento, diz que estas crianças precisam frequentar uma escola, esta, porém precisa ser uma escola especial.

O pensamento acima vai contra o que venho estudando e analisando depois de ler inúmeros artigos e texto de autores como Williams e Wrigth (2008) e Cunha (2011) acerca do tema de inclusão dos autistas. Como os autistas iriam se

desenvolver rapidamente e ser inclusos e aceitos na sociedade se eles têm que ser direcionados a uma escola especial somente para crianças e adolescentes autistas?

A inclusão é uma prática de educação voltada para todos, mas para que isso aconteça é necessário que muitos paradigmas sejam transcendidos, é necessário que todos os professores compreendam esta realidade crescente nas aulas de educação física, e que a aptidão física e a cultura do movimento são abrangentes para todos.

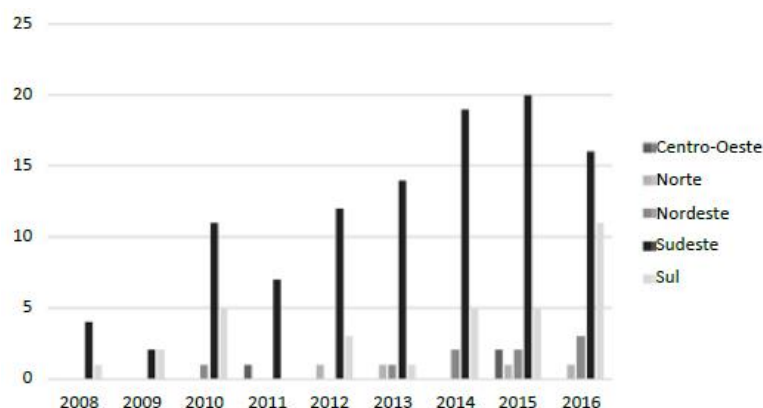
Dentre as orientações para a educação das pessoas com TEA, reforça-se a garantia de escolarização em escolas comuns e do atendimento educacional especializado (AEE), afirmando-se como principais diretrizes: a intersetorialidade das ações e das políticas; a participação e o monitoramento de políticas públicas voltadas para as pessoas com TEA; a atenção integral às suas necessidades de saúde; o estímulo à sua inserção no mercado de trabalho; a responsabilidade do poder público quanto à informação pública sobre o TEA; o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados; e o estímulo à pesquisa científica (Brasil, 2012).

Muitas ações pedagógicas efetivas de aula não são realizadas não somente por falta de conhecimentos específicos e conceituais, mas também pela falta de estruturas físicas e humanas adequada aos deficientes, onde o procedimento de aula em si, se torna uma tarefa difícil tanto para professores quanto para os alunos.

4. O TEA nas regiões do Brasil

Entre os anos 2008 e 2016 foram feitas buscas com as palavras-chave: transtorno do espectro, autismo e/ou autista. Ao todo foram encontradas 154 pesquisas em todo o Brasil. Os dados foram organizados por ano, região e natureza administrativa da instituição de origem, programa de pós-graduação e tipo de trabalho.

Figura 1 Distribuição de teses e dissertações sobre TEA por ano (2008-2016) e região no Brasil.



Fonte: Saude soc. vol.28 no.3 São Paulo July/Sept. 2019 Epub Oct 07, 2019.

Os dados da Figura 1 mostram uma crescente produção entre os anos de 2008, com 5 produções no total, e 2016, com 31 produções. Dos 154 trabalhos, 105 são de instituições da região Sudeste, 33 da região Sul, 3 da região Centro-Oeste, 9 da região Nordeste e 4 da região Norte do Brasil. Com relação ao tipo de trabalho, das 42 teses de doutorado, 31 são da região Sudeste, 9 da região Sul e 2 da região Centro-Oeste.

Com relação aos assuntos abordados nas pesquisas em áreas de educação, foram identificadas categorias principais que se destacam em todos os textos e artigos estudados para o presente estudo, são elas: desenvolvimento motor, ensino e aprendizagem, família e inclusão escolar.

As pesquisas relacionadas as regiões são realizadas separadamente e aplicadas em escolas públicas, particulares, clínica e centros de psicologia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física constitui sua base em atividades motoras e pedagógicas, e para os autistas a abordagem não é diferente. Fazendo o uso de métodos adequados e elaborados estrategicamente, é possível proporcionar um desenvolvimento de capacidades físicas e cognitivas dentro do processo de estimulação da interação social e autonomia delas.

A aprendizagem funcional e natural detém uma probabilidade maior de ser desenvolvida pelos sujeitos com autismo. O currículo escolar, muitas vezes, não atende as necessidades dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais pois não são currículos funcionais.

Um currículo funcional, muitas vezes chamado de currículo funcional ecológico, pode ser definido como um meio que favorece a cada aluno o desenvolvimento de oportunidades para uma vida independente, com dignidade e baseado no ambiente natural. Com essa maneira de elaborarmos um currículo e um plano de ensino para os estudantes portadores de deficiência, chegamos à conclusão de que todos podem e têm direito a ingressar no ensino regular de qualquer escola, seja ela pública ou privada.

Este currículo visa identificar e desenvolver habilidades para-aumentar as possibilidades da pessoa para participar na vida cotidiana seja na escola, no trabalho, nas atividades recreativas e na sociedade como um todo. Ele deve ser apropriado à

idade cronológica do aluno e ter como referência a sua realidade social e um futuro orientado. Hoje, a falta de atitude com as pessoas deficientes pode ser a nossa maior deficiência, e nos últimos anos, este pensamento vem nos mostrando o quanto precisamos nos empenhar cada vez mais, a fim de desenvolvermos uma cultura baseada na inclusão.

Podemos concluir que para o processo de inclusão no ensino regular ocorra de maneira correta com a aplicação dos devidos conhecimentos específicos e conceituais, a reflexão para uma boa capacitação do profissional de educação física, assim como das outras disciplinas do currículo tem que se iniciar, para haver ações futuras que visam a melhoria do ensino pedagógico por parte dos professores de educação física.

A atuação do professor da disciplina escolar em pauta pode ser bastante ampliada se houver um interesse e uma dedicação por parte do profissional atuante. Analisar juntamente com o aluno o que é diferente no explorar dos autistas, fazer uma abordagem diferente da que é utilizada nas aulas para os outros alunos, como por exemplo perguntar sobre a textura da bola que irá ser utilizada no jogo, questionar sobre os materiais utilizados na quadra, as cores, formas, tamanhos, quantidade, etc, são algumas maneiras iniciais de começarmos os trabalhos pedagógicos e motores com os portadores do TEA.

6. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice M.L.Soriano de. **Um retrato da Educação Especial no Brasil**. Em Aberto. Brasília. 1993. Acesso em: 23 mai. 2019.

APARECIDA, E. L.; SALETE, E. R. D. **A contribuição da educação física na socialização da criança autista**. Elosautistico, Bahia, v. n. 2008 Disponível em: <<http://elosautisticos.blogspot.com.br/2012/11/a-crianca-autista-na-escolareflexoes.html>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BARBERINI, Karize Younes. A ESCOLARIZAÇÃO DO AUTISTA NO ENSINO REGULAR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. **CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, v. 16, n. 1, p. 46-55, jan./2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpdd/v16n1/06.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2020.

BEZERRA, Tiago Lopes. **Educação Inclusiva e Autismo: A Educação Física como possibilidade educacional**. Editora Realize. Paraíba – PB. 2012. Acesso em: 08 mai. 2019.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. **A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens.** Rev. Educ. Espec., Santa Maria, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, abr./2012.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** 12 ed. São Paulo: Cortez 1992.

GUARESCHI, Tais; ALVES, Marcia Doralina; NAUJORKS, Maria Ines. **Autismo e Políticas Públicas de inclusão no Brasil.** Journal of Research in Special Educational Needs. Volume 16. Number s1. Rio Grande do Sul. 2016.

LUIZ, Simone Aparecida Mariano; MORAES, João Carlos Pereira de Moraes. **A participação do autista nas aulas de Educação Física: entre três olhares docentes.** Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd215/a-participacao-do-autista-de-educacao-fisica.htm>>. Acesso em 10 mai. 2019.

MARANHÃO, Brenda Salenna da Silva; SOUSA, Moises Simão Santa Rosa de. **Educação Física, Transtorno do Espectro Autístico (TEA) e Inclusão Escolar:** Revisão Bibliográfica.UEPA. Pará. 2012.

PIZZANI, L. *et al.* A ARTE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** Campinas, v. 10, n. 1, p. 53-66, jun./2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez. 2017.

WUO, Andrea Soares. **Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo:** estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016). Scielo Sociedade e Saúde, Blumenau, v. 28, n. 3, p. 1-18, jul./2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000300210>. Acesso em: 17 nov. 2020.